



**PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO
DIRETORIA DE INFORMÁTICA E AUTOMAÇÃO**

TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO

1.1 Registro de Preço para aquisição de equipamentos de gravação de áudio e vídeo para implementação de salas de depoimento especial conforme especificações descritas no item 4 deste Termo de Referência.

2. DA JUSTIFICATIVA

2.1. A aquisição de equipamentos justifica-se pela necessidade de prover infraestrutura de TI para atender as demandas de gravação de audiências judiciais que envolvem oitiva de crianças e adolescentes.

2.2 A presente aquisição está em conformidade com a Recomendação CNJ 33/2010 de 23/11/2010 e prevista no Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (Resolução GP 65/2016) e o Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação e Comunicação (Resolução 45/2016).

3. DA MODALIDADE E REGIME DE CONTRATAÇÃO

3.1 Sugere-se que a licitação seja realizada na modalidade **PREGÃO**, na forma **Eletrônica**, tipo **menor Preço, POR LOTE**, visando formação de ATA de Registro de Preços com fulcro no art. 3, inciso IV. do Dec. Estadual 31.017/2015.

3.2. A contratação do objeto pretendido tem amparo na lei Nº 10.520/2002, Lei Estadual Nº 9.529/2011, subsidiariamente pela LEI Nº 8.666/93, e pelos Decretos Federais Nº 5.450/2005, 7.892/2013, Decreto Estadual Nº 31.017/2015, no que couber, e demais legislações aplicadas à matéria.

4. DA ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO

LOTE 01 – EQUIPAMENTOS DE ÁUDIO			
Item	Descrição	Qtde Inicial	Qtde Total
1	Mesa de som	20	50
2	Rack para mesa de som	20	50
3	Microfones Dinâmicos Balanceados	60	150
4	Microfone condensador	20	50
5	Fone de Ouvido	40	100
6	Conector Plug Jack P10 Estéreo Fêmea	60	150
7	Conector Plug P10 Estéreo Macho	60	150
8	Adaptador Plug P10 para Jack P2	60	150
9	Plug 3P XLR macho canon	80	200
10	Plug 3P XLR fêmea canon	120	300
11	Conector RCA macho	160	400
12	Cabo de Áudio P2	10	25



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO
DIRETORIA DE INFORMÁTICA E AUTOMAÇÃO

13	Cabo 0,30mm 3 vias p/ microfone	10	25
14	Caixa de som para estúdio	20	50
15	Cabo de Audio RCA 1m	40	100
LOTE 02 – EQUIPAMENTOS DE VÍDEO			
Item	Descrição	Qtde Inicial	Qtde Total
16	Gravador Digital de Vídeo	20	50
17	Câmera de Gravação	60	150
18	Fonte de Alimentação para câmera	40	100
19	Cabo Coaxial Bipolar Flexível	20	50
20	Conector BNC	200	500
21	Conector P4	100	250
22	Cabo HDMI (10m)	40	100

4.1 As especificações técnicas de cada item deverão obedecer ao Anexo I deste termo de referência e deverão ser comprovadas em sua íntegra quando da apresentação da proposta, sob pena de desclassificação.

4.2 A proponente deverá informar em sua proposta marca e modelo dos equipamentos utilizados na solução e apresentar comprovação técnica através de certificados, manuais técnicos, *folders* e demais literaturas técnicas editadas pelos fabricantes.

4.3 A simples repetição das especificações do termo de referência sem a devida comprovação acarretará na desclassificação da proposta.

5. AMOSTRA

5.1. Poderá ser solicitada à primeira classificada, sob pena de desclassificação, amostra do item ofertado, a ser entregue no prazo máximo e improrrogável de até **07 (sete) dias úteis**, a contar da convocação pelo pregoeiro deste certame, para avaliação técnica de compatibilidade e adequação às especificações do objeto licitado.

5.2. A amostra deverá ser entregue devidamente identificada devendo consistir de, no mínimo, 01 (um) exemplar de cada item acompanhado de todos os cabos e manuais necessários para o seu correto funcionamento.

5.3 A amostra deverá ser entregue no horário de 09:00 às 17:00 horas, de segunda a sexta-feira, exceto feriados, na Coordenadoria de Manutenção de Equipamentos, localizada na Rua Viveiro de Castro, nº 257, Alemanha, São Luís/MA, CEP 65036710 aos cuidados do servidor Ernane Frasso Barbosa, matrícula nº 101386.

5.4. Caso as amostras da melhor proposta sejam reprovadas, será convocada para apresentação de amostras a autora da segunda melhor proposta e, assim, sucessivamente.

5.4.1 As amostras recusadas permanecerão em poder da Coordenadoria de Manutenção de Equipamentos até que o certame seja homologado.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO
DIRETORIA DE INFORMÁTICA E AUTOMAÇÃO

5.5. As amostras aprovadas permanecerão em poder da Coordenadoria de Manutenção de Equipamentos até a entrega definitiva do objeto licitado, com vistas à avaliação da conformidade entre a amostra aprovada e o material efetivamente entregue.

5.6. Os custos com a devolução da amostra serão de responsabilidade da empresa convocada.

5.7. Vencido o prazo de entrega da amostra, não será permitido fazer ajustes ou modificações nos produtos apresentados para fins de adequá-lo à especificação constante deste Termo de Referência.

6. DA VIGÊNCIA, PRAZO, LOCAL E CONDIÇÕES DE ENTREGA

6.1. O prazo de vigência do presente Contrato será de 12 (doze) meses, a partir da sua publicação no Diário da Justiça Eletrônico – DJE, desde que as despesas referentes à contratação sejam integralmente empenhadas até 31 de dezembro, para fins de inscrição em restos a pagar, conforme orientação normativa AGU 39, de 13 de dezembro de 2011.

6.2. Os equipamentos deverão atender todas as especificações técnicas contidas neste Termo de Referência e deverão ser entregues no horário de 09:00 às 17:00 horas, de segunda a sexta-feira, exceto feriados, na Divisão de Administração Patrimonial do Tribunal de Justiça do Maranhão, localizado na Rua Viveiros de Castro, nº 257, Alemanha, São Luís/MA.

6.3. A contratada fornecerá os equipamentos em até 30 (trinta) dias, contados a partir da publicação do contrato no Diário da Justiça Eletrônico - DJE.

6.3.1. O objeto desta licitação será recebido:

a) Provisoriamente, pela Coordenadoria de Manutenção de Equipamentos, para efeito de posterior verificação da conformidade dos produtos com as especificações deste Termo de Referência.

b) Definitivamente, em até 15 (quinze) úteis dias pela Diretoria de Informática, após o recebimento provisório, mediante termo de liquidação na nota fiscal/fatura, após a verificação da qualidade dos equipamentos e aceitação, pelo fiscal da Ata de registro de Preços.

7. PRAZO E CONDIÇÕES DE GARANTIA

7.1. Para os fins deste Termo de Referência, entende-se como garantia aquela prestada pelo próprio fabricante ou por rede credenciada pelo fabricante dos referidos equipamentos.

7.2. O período de garantia técnica será contado a partir da data de emissão do TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO e terá vigência conforme especificado no descritivo técnico de cada item.

7.3. A garantia deverá ser prestada nas dependências do Poder Judiciário do Maranhão, nas cidades de São Luís.

7.4. O atendimento deverá ocorrer na modalidade “on site” mediante manutenção corretiva, em dias úteis de segunda a sexta-feira, em horário comercial das 08h às 18h, por profissionais



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO
DIRETORIA DE INFORMÁTICA E AUTOMAÇÃO

especializados e deverá cobrir todo e qualquer defeito apresentado, incluindo o fornecimento e a substituição de peças e/ou componentes, ajustes, reparos e correções necessárias.

7.5. O atendimento deverá ocorrer no máximo em 2 (dois) dias úteis e o prazo máximo para solução de problemas deverá ser de 7 (sete) dias úteis, contados após a abertura do chamado, incluindo a troca de peças e/ou componentes.

7.6. Decorrido o prazo previsto no item 7.5 sem solução do chamado, a CONTRATADA deverá disponibilizar, imediatamente, equipamento com especificações técnicas iguais ou superiores ao item com defeito, sem prejuízo da obrigação de solução do chamado, que deverá ocorrer em até 30 (trinta) dias contados da data de sua abertura.

7.7. Todas as peças e componentes mecânicos ou eletrônicos substitutos deverão ser originais ou certificados pelo fabricante e sempre “novos e de primeiro uso”, não podendo ser reconicionados.

8. DA HABILITAÇÃO E QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

8.1. Para fins de HABILITAÇÃO, o LICITANTE deverá apresentar a habilitação parcial e documentação obrigatória, válida no SICAF, para comprovar a sua Regularidade perante a Fazenda Federal, Fazenda Estadual, Fazenda Municipal, Seguridade Social – INSS, Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS, ou apresentar esses documentos ao(a) PREGOEIRO(A), via SISTEMA, após convocação.

8.2. A licitante, como prova de QUALIFICAÇÃO TÉCNICA, deverá apresentar no mínimo, 01 (um) atestado/declaração de capacidade técnica compatível com o objeto desta licitação, expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que o licitante forneceu ou fornece os bens compatíveis com a proposta apresentada ou está fornecendo de modo satisfatório produtos de mesma natureza e/ou similares aos da presente licitação.

8.3. O(s) atestado(s) de capacidade técnica deverá(ão) ser impresso(s) em papel timbrado do emitente e conter, no mínimo, as seguintes informações: identificação da pessoa jurídica e do responsável pela emissão do atestado; identificação do licitante, constando o seu CNPJ e endereço completo; descrição clara dos produtos, devendo ser assinado por seus sócios, diretores, administradores, procuradores, gerentes ou servidor responsável, com expressa indicação de seu nome completo, cargo/função e meios de contato. As declarações de Pessoas Jurídicas de Direito Privado devem estar, preferencialmente, com firma reconhecida.”

8.4. Os LICITANTES deverão apresentar a seguinte documentação complementar:

- Certidão negativa comprobatória da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho.
- Declaração de não parentesco. A presente declaração deverá ser apresentada até a formalização do contrato;
- Certidão Negativa de Condenações por Ato de Improbidade Administrativa, tanto da empresa, como dos sócios, emitida através do site do Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br), para cumprimento da Meta 17 de 2015 do CNJ;



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO
DIRETORIA DE INFORMÁTICA E AUTOMAÇÃO

- Certidão Negativa no Cadastro de Empresas Inidôneas e Suspensas do Portal de Transparência do Governo Federal, obtida por meio do endereço eletrônico (www.portaltransparencia.gov.br);

- Certidão negativa de falência ou recuperação judicial ou extrajudicial, ou liquidação judicial, ou de execução patrimonial, conforme o caso, expedida pelo distribuidor da sede do licitante, ou de seu domicílio, dentro do prazo de validade previsto na própria certidão, ou, na omissão desta, expedida há no máximo 90 (noventa) dias anteriores à data de abertura do certame;

9. CONDIÇÕES E PRAZOS DE PAGAMENTO

9.1. O pagamento será efetuado mediante crédito em conta corrente da CONTRATADA, por Ordem Bancária, no prazo não superior a 30(trinta) dias, conforme disposto no art.40, XIV, "a", da Lei nº8.666/93, quando mantidas as mesmas condições iniciais de habilitação, cumpridos os seguintes requisitos:

a) apresentação de nota fiscal de acordo com a legislação vigente à época da emissão (nota fiscal eletrônica, se for o caso), acompanhada da prova de regularidade para com as fazendas Federal, Estadual e Municipal; da regularidade relativa à Seguridade Social; do certificado de regularidade do FGTS e da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, emitida pela justiça do Trabalho;

9.2. O pagamento somente será realizado após o recebimento definitivo do objeto, desde que não se verifique defeito ou imperfeições.

9.3 A Nota fiscal apresentada em desacordo com o estabelecido no edital, neste contrato ou com qualquer circunstância que desaconselhe o pagamento será devolvida á CONTRATADA com a interrupção do prazo previsto para pagamento. A nova contagem do prazo será iniciada a partir da respectiva regularização.

9.4. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a LICITANTE vencedora não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que os encargos moratórios devidos pelo TJ-MA, entre a data acima referida e a correspondente ao efetivo pagamento da nota fiscal/fatura será calculado por meio da aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, onde:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = \frac{i}{365}$$

$$I = \frac{6/100}{365}$$

$$I = 0,00016438$$

Onde i = taxa percentual anual no valor de 6%.

9.5. Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira e documentação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO
DIRETORIA DE INFORMÁTICA E AUTOMAÇÃO

9.6. O TJ-MA, observados os princípios do contraditório e da ampla defesa, poderá deduzir, cautelar ou definitivamente, do montante a pagar à CONTRATADA, os valores correspondentes a multas, ressarcimentos ou indenizações devidas.

10. DA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO

10.1. Serão designados fiscais do contrato os servidores Ernane Frasão Barbosa, Matrícula 101386, Coordenador de Manutenção de Equipamentos; e José Júlio Silva Marques, Matrícula: 114835, Técnico Judiciário - Técnico em Hardware, competentes para liquidarem as faturas apresentadas (atesto) encaminhando-as ao pagamento, notificar empresas e solicitar aplicação de sanções.

10.2. A gestão do referido contrato ficará sob a responsabilidade da Diretoria de Informática e Automação, conforme Resolução GP 212018.

11. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

11.1. A CONTRATADA será responsável por quaisquer danos causados diretamente ao Poder Judiciário ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do objeto licitado;

11.2. A CONTRATADA será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, resultantes da execução do contrato;

11.3. A CONTRATADA deverá manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas por lei e neste Termo de Referência.

12. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

12.1. Prestar informações e esclarecimentos pertinentes que venham a ser solicitados pelo representante ou preposto da CONTRATADA;

12.2. Efetuar o pagamento devido desde que cumpridas todas as formalidades e exigências do contrato;

12.3. Exercer a fiscalização por servidores designados para esse fim;

12.4. Comunicar oficialmente à CONTRATADA quaisquer falhas verificadas no cumprimento do contrato;

12.5. Observar o cumprimento dos requisitos de qualificação profissional exigidos nas especificações técnicas e nas atribuições, solicitando à CONTRATADA as substituições e os treinamentos que se verificarem necessários;

12.6. Documentar as ocorrências havidas e controlar as ligações realizadas;

12.7. Comunicar às autoridades irregularidades ocorridas e atos ilícitos cometidos pela CONTRATADA;



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO
DIRETORIA DE INFORMÁTICA E AUTOMAÇÃO

12.8. Emitir pareceres em todos os atos relativos à execução do contrato, em especial aplicação de sanções, alterações e repactuações do contrato;

12.9. Permitir o acesso de funcionários da CONTRATADA, quando necessário, para do objeto do contrato.

13. DAS SANÇÕES

13.1. Em caso de atraso injustificado na execução do objeto licitado, sujeitar-se-á o licitante vencedor à multa de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) por dia, e por ocorrência, até o máximo de 10% (dez por cento) sobre o valor total do Contrato, recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias, uma vez comunicada oficialmente;

13.1.1. A multa a que alude o item anterior não impede que a Administração rescinda unilateralmente o contrato e aplique outras sanções previstas na Lei nº 8.666/93;

13.2. Em casos de inexecução parcial ou total das obrigações, em relação ao objeto desta licitação, a Administração poderá, garantida a ampla defesa e o contraditório, aplicar as seguintes sanções:

a) Advertência por escrito;

b) Multa de até 5% (cinco por cento), calculada sobre o valor do contrato ou do empenho, no caso do licitante vencedor não cumprir rigorosamente as exigências contratuais ou deixar de receber a Nota de Empenho, salvo se decorrente de motivo de força maior definido em Lei, e reconhecido pela autoridade competente;

c) Suspensão temporária do direito de licitar e impedimento de contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 02 (dois) anos, quando da inexecução contratual sobrevier prejuízo para a Administração;

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação;

13.2.1. Aquele que, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não assinar o Contrato, deixar de entregar documentação exigida no edital, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito à ampla defesa, ficará impedido de licitar e de contratar com o poder público, e será descredenciado no SICAF, pelo prazo de até cinco anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais;

13.3. A sanção de advertência de que trata o subitem 13.2, letra "a", poderá ser aplicada nos seguintes casos:

I - descumprimento das determinações necessárias à regularização das faltas ou defeitos observados no fornecimento;

II - outras ocorrências que possam acarretar transtornos no fornecimento à CONTRATANTE, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave.



**PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO
DIRETORIA DE INFORMÁTICA E AUTOMAÇÃO**

13.4. O valor das multas referidas na alínea “b”, subitem 13.2 e no subitem 13.1 poderá ser descontado de qualquer fatura ou crédito existente no TJ/MA;

13.5. A penalidade de suspensão será cabível quando o licitante participar do certame e for verificada a existência de fatos que o impeçam de contratar com a administração pública. Caberá, ainda, a suspensão quando a licitante, por descumprimento de cláusula editalícia, tenha causado transtornos no fornecimento à CONTRATANTE;

13.6. A penalidade estabelecida na alínea “d”, do subitem 13.2, será da competência da Presidência do TJ/MA ou por agente que receba esta delegação.

14. DO VALOR ESTIMADO

14.1. O valor total estimado para a contratação será fornecido pela Coordenadoria de Material e Patrimônio após realização de pesquisa de preços de mercado.

15. DO REAJUSTE E REVISÃO

15.1. Os preços permanecerão fixos, salvo quando comprovadas as situações descritas no art. 65, inciso I, letra “b”, inciso II, letra “d” da Lei no 8.666/93 e art. 19, 20 e 21 do Dec. Estadual 31.017/2015.

16. SITUAÇÕES GERAIS

16.1. Os casos omissos serão resolvidos pelas partes contratantes de comum acordo, tomando-se como base a Lei 8.666/93.

São Luís, 28 de novembro de 2019.

ERNANE FRASÃO BARBOSA
Coordenador de Manutenção de Equipamentos
Mat. 101386



**PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO
DIRETORIA DE INFORMÁTICA E AUTOMAÇÃO**

ANEXO I

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

LOTE 01 – EQUIPAMENTOS DE ÁUDIO

1. Mesa de som
 - a. Mínimo de 6 canais de entradas balanceadas para microfone, sendo, no mínimo, 2 entradas XLR;
 - b. Hum canal de saída estéreo máster L e R;
 - c. Hum canal para efeito externo com retorno em estéreo;
 - d. Hum canal estéreo de entradas auxiliares;
 - e. Hum canal para fone de ouvido estéreo;
 - f. Saída para gravação estérea (conexão RCA);
 - g. Alimentação *Phantom Power 48V* para no mínimo 2 microfones condensadores.
 - h. Garantia mínima de 12 (doze) meses.

2. Rack para mesa de som
 - a. Rack para mesa de som padrão 19”;
 - b. Deve possuir ajuste de altura e barra ajustável para mesa de som;
 - c. O rack deve acompanhar, no mínimo, uma bandeja para acessórios.
 - d. Garantia mínima de 30 (trinta) dias.

3. Microfones Dinâmicos Balanceados
 - a. Impedância máxima de 600 Ohms;
 - b. Resposta de freq. Mínima: Max 50Hz;
 - c. Resposta de freq. Máxima: Min 12KHz;
 - d. Sensibilidade: ~2,7mV/Pa;
 - e. Padrão polar: Cardióide;
 - f. Pedestal de mesa;
 - g. Luva de fixação do microfone em pedestal;
 - h. Deve possuir globo em tela de aço;
 - i. Cabo balanceado para conexão com a mesa de som ofertada, de tamanho mínimo de 5m;
 - j. Garantia mínima de 90 (noventa) dias.

4. Microfone condensador
 - a. Impedância máxima de 200 Ohms;
 - b. Resposta de freq. Mínima: Max 20Hz;
 - c. Resposta de freq. Máxima: Min 20KHz;
 - d. Alimentação phantom power: 48Vdc;
 - e. Padrão polar: Cardióide;
 - f. Conector de saída XLR;
 - g. O microfone deve vir acompanhado de acessórios (suporte ou tripé) para fixação em mesa.
 - h. Garantia mínima de 90 (noventa) dias.

5. Fone de Ouvido
 - a. hum mini-jack macho P2 de 3,5mm;
 - b. Ajuste Confort Zone na área da têmpora para encaixe firme e confortável;



**PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO
DIRETORIA DE INFORMÁTICA E AUTOMAÇÃO**

- c. Chapas de fone de ouvido multi ajustáveis assim como a haste para mais conforto;
 - d. Dobrável para poder ser levado para qualquer lugar;
 - e. Almofadas para o ouvido;
 - f. Deve acompanhar adaptador plug p10 para jack p2;
 - g. Garantia mínima de 90 (noventa) dias.
6. Conector Plug Jack P10 Estéreo Fêmea
- a. Conector P10ST;
 - b. Conector P10ST linha fêmea;
 - c. Conector usinado em latão com acabamento niquelado;
 - d. Deve possuir mola para alívio de tensão na solda e isolante plástico;
 - e. Deve possuir trava.
7. Conector Plug P10 Estéreo Macho
- a. Conector P10ST;
 - b. Conector P10ST linha Macho;
 - c. Conector usinado em latão com acabamento niquelado;
 - d. Acompanha mola para alívio de tensão na solda e isolante plástico.
8. Adaptador Plug P10 para Jack P2
- a. Conector usinado em latão com acabamento niquelado;
 - b. Bitola 0,18mm².
9. Plug 3P XLR macho canon
10. Plug 3P XLR fêmea canon
11. Conector RCA macho
12. Cabo de Áudio P2
- a. Bitola 0,18mm²;
 - b. estéreo;
 - c. Impedância de 50 Ohms;
 - d. Blindagem Trançada;
 - e. Peça com 100m.
13. Cabo 0,30mm 3 vias p/ microfone
- a. 0,30 mm²;
 - b. Cabo XLR x XLR;
 - c. Fita de alumínio + blindagem em cobre trançado;
 - d. Fabricado em cobre nú OFHC;
 - e. Peça com 100m.
14. Caixa de som para estúdio
- a. Monitor ativo para estúdio;
 - b. No mínimo, 1 x Canal de entrada estéreo;
 - c. Alimentação 110V/220V;
 - d. Potência mínima de 20WRms.
15. Cabo de áudio RCA



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO
DIRETORIA DE INFORMÁTICA E AUTOMAÇÃO

- a. Cabo de 4mm;
- b. Tamanho mínimo de 1m;
- c. 04 conectores machos banhados a ouro (2 RCA x 2 RCA)

LOTE 02 – EQUIPAMENTOS DE VÍDEO

16. Gravador Digital de Vídeo

- a. Padrão HDCVI;
- b. Tecnologias suportadas: Analógica, Digital e IP;
- c. Canais de entrada de vídeo: No mínimo, 4 canais padrão BNC;
- d. Canais de saída de vídeo: No mínimo, 1 x HDMI e 1 x VGA;
- e. Canais de entrada de áudio: No mínimo, 4 x RCA;
- f. Canais de saída de áudio: No mínimo, 1 x RCA;
- g. Deve possuir uma interface Ethernet RJ45 10/100 e duas USB 2.0;
- h. Resolução mínima de gravação: 720p;
- i. Compressão de vídeo / áudio: H264/G.711;
- j. Padrão de monitoramento: Web e Software do próprio fabricante;
- k. Compatível com tecnologia ONVIF;
- l. O equipamento deve vir acompanhado de 1 HD com capacidade de 1 TB (3GBps / Surveillance);
- m. O equipamento deve permitir a edição de nome do canal e data/hora de gravação;
- n. Garantia mínima de 12 (doze) meses.

17. Câmera de Gravação

- a. Câmera com lente varifocal de 2,8mm a 12mm;
- b. Padrão HDVCI;
- c. Sensor com, no mínimo, 1/2.9" 1 Mpx;
- d. Resolução mínima 720p;
- e. Ângulo de visão no intervalo mínimo de 91°(H) x 60° (V) à 26° (H) x 15° (V);
- f. Infravermelho inteligente com alcance mínimo de 30m;
- g. Deve possuir, no mínimo, 24leds;
- h. Deve suportar BLC e AGC dia e noite;
- i. Alimentação: 12Vdc;
- j. Grau de proteção IP 66;
- k. Tipo de case: *bullet*;
- l. Garantia mínima de 12 (doze) meses.

18. Fonte de Alimentação para câmera

- a. Tensão Entrada: 100 ~ 240 Vac;
- b. Tensão Saída: 12,8 Vdc (+- 5%);
- c. Corrente: 5A.

19. Cabo Coaxial Bipolar Flexível

- a. Peça com 100m.
- b. 80% de malha;
- c. Espessura 4mm.

20. Conector BNC



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO
DIRETORIA DE INFORMÁTICA E AUTOMAÇÃO

- a. Conector BNC macho tipo “borne” para sistemas de segurança

21. Conector P4

- a. Conector P4 Macho tipo “borne” para sistemas de segurança.

22. Cabo HDMI

- a. Compatível com versão 1.4 ou superior;
- b. Conectores banhados a ouro 24k;
- c. Comprimento 10m.

São Luís, 28 de novembro de 2019.

ERNANE FRASÃO BARBOSA
Coordenador de Manutenção de Equipamentos
Mat. 101386